

Mais de cinco milhões para saneamento

Candidaturas aprovadas para subsistemas em Outil, Sepins e Covões

Depois de terem sido submetidas em Agosto de 2008, pela Inova, já foram aprovadas as três candidaturas apresentadas ao Programa Operacional Valorização do Território (POVT). As obras correspondem a um investimento total de 5.530.071,64 euros, comparticipado em 63,41 por cento a fundo perdido, o que corresponde a mais de 3,5 milhões de euros de subsídios.

Das 121 candidaturas apresentadas a este programa, apenas nove foram aprovadas, três das quais relativas ao concelho de Cantanhede. E segundo Patrocínio Alves, presidente do Conselho de Administração da Inova, esta foi "a única entidade gestora de drenagem e tratamento de águas residuais a nível municipal a obter decisões favoráveis nas candidaturas da primeira fase", o que permitirá aumentar a cobertura do saneamento no concelho em 17 por cento, e que actualmente ronda os 46 por cento.

O subsistema de Outil terá uma área de cerca de 12.500 metros quadrados, custará um milhão de euros e prevê a construção de três estações elevatórias em Fornos, Zambujal e Vila Nova de Outil, num total de 1,67 quilómetros de interceptoras e condutas elevatórias. A obra foi consignada em 5 de Janeiro de 2009 e tem um prazo de execução de 720 dias.

O subsistema de Sepins, no valor de aproximadamente 1,6 milhões de euros, prevê a construção de uma ETAR na Assaíneira, na povoação de Espinheiro, de estações elevatórias em Casal do Bolho/ Escapães, Póvoa do Blapo, Lapa e em Sepins (onde haverá duas), bem como as respectivas condutas elevatórias, num total de 9,74 quilómetros de emissários. A obra foi consignada em 18 de Junho de 2009 e tem um prazo de execução de 720 dias.

O sistema de Covões Sul prevê a construção de uma ETAR no Seadouro e a construção de um sistema colector na freguesia da Camarneira, Covões Sul e Montinho (Pocariça), constituído por uma rede de colectores com 27,19 quilómetros. A intervenção contempla ainda 1.551 ramais domiciliários, sete estações elevatórias (Cavadas, Monte Arcado, Areia, Campanhas, Quinta da Ferreira, Marvão e Montinho) e as respectivas condutas elevatórias, com uma extensão total de 2,59 quilómetros. O investimento ronda os três milhões de euros e a obra também foi consignada a 18 de Junho, com um prazo de execução de 720 dias.

Segundo Patrocínio Alves, até ao final do mês de Agosto serão apresentadas mais duas candidaturas, tendo sido propostas mais quatro candidaturas para sistema não verticalizado (para o SIMRIA), que a Inova espera que sejam aprovadas na segunda fase do POVT. Para breve está igualmente previsto a assinatura dos autos de consignação para os emissários de Cordinha, Pena e Portunhos, que serão direccionados para a ETAR sul de Ançã.

MFR



Assinatura dos autos de consignação

JOÃO PERES, PROVIDOR DA MISERICÓRDIA DA MEALHADA, ACUSA MÉDICOS DE "Golpe de Estado"

Direcção clínica do Hospital da Mealhada demite-se em bloco

Profissionais justificam decisão com "conjunto grave de ingerências na área clínica"



Serviços de urgência e de ortopedia encerraram

A urgência e o serviço de ortopedia do Hospital da Misericórdia da Mealhada pararam na passada terça-feira devido à demissão da direcção clínica, que era dirigida pelo médico Luís Teixeira.

"Considero isto mais um golpe de estado" do que outra coisa", declarou à agência Lusa João Peres, provedor da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, a entidade proprietária daquele hospital privado, no distrito de Aveiro. O responsável lamentou que a direcção clínica não tenha, alegadamente, avisado a instituição do plano de se desobrigar das suas funções, com efeitos imediatos a partir da meia-noite, após ter terminado uma reunião de profissionais do hospital convocada para anunciar a demissão.

"Abandonaram os doentes", afirmou o provedor, acusando Luís Teixeira e os médicos que o seguiram naquela decisão de terem "violado regras deontológicas e éticas" da profissão. Na sua opinião, os demissionários "deveriam ter-nos prevenido de que ia acontecer isto".

A urgência encerra habitualmente durante a noite, entre as 0h00 e as 8h00. O

médico, que deveria estar de serviço no primeiro turno da manhã, não compareceu. "A urgência está encerrada e também o serviço de ortopedia (cuja equipa é chefiada pelo director clínico demissionário) não está a funcionar", declarou João Peres.

O responsável disse que a administração do Hospital da Misericórdia da Mealhada "foi apanhada de surpresa pela reunião", realizada segunda-feira à noite pela direcção clínica, que apresentou na altura a demissão com efeitos imediatos. "Cumprimos sempre tudo o que estava acordado", referiu, revelando que a provedoria "está a tentar normalizar, de alguma maneira, os serviços o mais rapidamente possível". Até porque, confirmou João Peres, "a equipa de ortopedia, com seis ou sete médicos, não fica".

Sem entendimento

Na zona do hospital, que funciona ao lado do Centro de Saúde público da Mealhada, a situação era calma, sendo quase nulos a presença de utentes e o movimento de viaturas médicas

ou dos bombeiros.

A direcção clínica do Hospital Misericórdia da Mealhada anunciou, na segunda-feira à noite, a sua demissão devido a um "conjunto grave de ingerências na área clínica", que podem colocar em risco "a saúde dos doentes", uma versão hoje negada à Lusa pelo provedor João Peres.

Luís Teixeira, director clínico demissionário, explicou que "situações de ingerência de pessoal não qualificado na área de saúde tornaram insustentável a manutenção da direcção clínica e de 70 a 80 por cento dos médicos". Segundo o responsável, "um conjunto de aspectos muito graves coloca em risco a saúde dos doentes", desde logo "o não cumprimento dos planos de manutenção dos equipamentos, dos blocos operatórios e dos sistemas de monitorização do hospital".

Para além destes aspectos de "extrema gravidade", acrescenta, existe falta de materiais devido a atrasos no pagamento a fornecedores que cortaram o abastecimento e verifica-se "desvio de dinheiros que deviam ser usados na área da saúde

para outro tipo de actividades". "Nestas condições não se consegue trabalhar", afirmou o director clínico que, segunda-feira à noite, numa reunião com os profissionais de saúde daquele hospital, anunciou a decisão de se demitir do cargo, juntamente com os restantes elementos da sua direcção.

João Peres já negou as acusações, realçando que, "infelizmente, o hospital ainda não é auto-suficiente" em termos financeiros e que "houve sempre a tentativa dos médicos de interferirem na área administrativa e financeira", adiantou. O provedor salientou que a Misericórdia, que reúne todas as quartas-feiras com a direcção, tem canalizado "dinheiro para o hospital e não o contrário". Quanto a problemas com equipamentos, disse que teve apenas conhecimento que "o ar condicionado faltou um fim-de-semana no gabinete do médico da urgência".

Faça a eventuais deficiências na manutenção dos blocos operatórios, que João Peres disse desconhecer, "deveriam ter levado os médicos a recusar a sua utilização", o que não aconteceu, como garantiu à Lusa.

Entretanto, uma fonte da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) disse à agência Lusa que a situação no Hospital Misericórdia "está a ser acompanhada", de modo a acautelar o funcionamento dos protocolos assinados com aquela unidade de saúde privada. A mesma fonte adiantou que a ARSC mantém com o Hospital da Mealhada acordos na área da Medicina Física e Reabilitação, Análises Clínicas, Cuidados Continuados de Saúde e Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia.

Lusa